



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, N° 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2° Andar - CEP 64075-065
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Plano de Trabalho N° 141/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

A Justiça Itinerante informa que os serviços que serão executados na cidade de **Cajueiro da Praia - PI** propõem-se a atingir fins específicos. Dessa forma, sabendo que a Justiça Itinerante, criada como um fim em si mesma, possui competência para processar e julgar as demandas jurisdicionais de 1º grau, na área territorial do Estado do Piauí, foca em procedimentar e solucionar parte da demanda dos Juizados Especiais Cíveis, além das de Registros Públicos e as das Varas de Família, que possam ser solucionadas consensualmente.

Assim, ao aproximar o Poder Judiciário de seus jurisdicionados, dada a enorme necessidade de levar cidadania às populações mais desassistidas do Estado do Piauí, busca-se, com isso, um combate à exclusão e desigualdade social, através de atendimentos descentralizados em bairros da Capital e cidades do Interior, auxiliados pelo acompanhamento constante da Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Dito isso, o plano de atividade que será executado no município requerente versa sobre serviços judiciais e extrajudiciais. Adiante:

JUDICIAIS

- Orientação Jurídica;
- Divórcio Direto Consensual;
- Conversão de Separação Judicial em Divórcio;
- Retificação de Registro de Nascimento;
- Retificação de Registro de Casamento;
- Retificação de Registro de Óbito;
- Suprimento de Registro de Nascimento;
- Suprimento de Registro de Óbito;
- Reconhecimento e/ou Dissolução de União Estável;
- Reconhecimento de Paternidade;
- Acordo de Alimentos;
- Outras Ações que possam ser solucionadas de forma consensual.

EXTRAJUDICIAIS

- Expedição de RG;
- Expedição de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Alistamento Militar;
- Passe Livre (Idoso e Deficiente);
- Título Eleitoral;
- Casamento Comunitário e Expedição de 2ª Via de Registro Civil;
- Orientações e Concessões de benefícios pelo INSS;
- Orientações do Programa Bolsa Família
- Oficinas Profissionalizantes;
- Oficina da Beleza: Corte de cabelo, massagem capilar e limpeza de pele;

Ademais, em conformidade com a redação ao art. 116, I, Lei nº 8.666/93, informo:

a) Identificação do objeto a ser executado

Os serviços buscam procedimentar e solucionar parte da demanda dos Juizados Especiais Cíveis, além das de Registros Públicos e as das Varas de Família, que possam ser solucionadas consensualmente, bem como ofertar à população em geral serviços extrajudiciais, executados pelas entidades parceiras que acompanham a Justiça Itinerante (SESC, SENAC, INSS, SSP, SASC etc.)

b) Metas a serem atingidas

A meta, baseada em outras jornada executadas em cidades do mesmo porte, aponta para uma produção média de 1.000 (hum mil) atendimentos, entre serviços judiciais e extrajudiciais.

c) Etapas ou fases de execução

As fases de execução do serviço são as seguintes:

I - Pedido de celebração de um convênio, nos moldes da Lei Estadual nº 5.711/2017 (Dispõe sobre a Justiça Itinerante Estadual e dá outras providências);

II - Desenvolvimento de um calendário semestral de atendimento, que organize as datas de atendimento aos municípios do interior do Estado;

III - Organização interna (Envio de ofícios, convocando os parceiros que atuam junto à Justiça Itinerante, Designação do Magistrado, membro do MP e equipe de servidores que se deslocará até o município);

IV - Deslocamento da equipe até o município requerente;

V - Atendimento ao público;

VI - Intimação dos interessados das sentenças;

VII - Remessa dos autos dos processos ao juízo competente;

VIII - Deslocamento de volta à sede da Justiça Itinerante.

d) Plano de aplicação dos recursos financeiros

Os recursos financeiros que garantem o fornecimento de energia elétrica às unidades móveis, internet, o combustível utilizado para o deslocamento de retorno das unidades móveis e da Van, bem como a estadia e alimentação dos **parceiros (órgãos parceiros do TJ/PI)** que atendem junto à Itinerante serão custeados pelo requerente.

As despesas dos servidores do Tribunal de Justiça serão custeados por meio do pagamento de diárias.

e) Cronograma de desembolso

I - Pedidos de diárias dos servidores do Tribunal de Justiça serão realizados antes do deslocamento da equipe

II - Pagamento da hospedagem e alimentação dos parceiros (órgãos parceiros do TJ/PI), assim que a equipe estiver alocada na cidade, às expensas do Município;

III - A fatura de energia elétrica é enviada pela concessionária de energia elétrica, diretamente para a entidade requerente

f) Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

As atividades serão **desenvolvidas na vigência do calendário do 1º semestre de 2024.**



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE DE CARVALHO RIBEIRO, Usuário Externo**, em 27/09/2024, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosanne Rocha Antonialli, Tabeliã**, em 27/09/2024, às 21:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 23/10/2024, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5959360** e o código CRC **74015415**.

23.0.000117055-4

5959360v1